

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

**Existência e Resistência em uma sociedade de Estado punitivo: mulheres negras em situação de cárcere na cidade de São Paulo.**

Wallesandra Souza Rodrigues – FESPSP<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho apresenta uma revisão bibliográfica de um artigo científico e três dissertações que se debruçaram sobre o tema do encarceramento feminino evidenciando marcadores como o gênero e a raça. A revisão dos trabalhos das autoras Adriana Severo Rodrigues, Enedina do Amparo Alves e Natália Bouças Lago, nos forneceram dados que poderão ser mais bem explorados acerca da problemática do crescimento da representação feminina no ambiente penitenciário. Desta maneira, nos preparando previamente para o campo com o que já foi produzido sobre a relação gênero, raça e cárcere. Bem como a elucidação teórica do processo de construção da identidade do gênero feminino e da mulher negra na sociedade brasileira e da dificuldade de se trabalhar o tema devido à falta de mais trabalhos referenciais semelhantes, por outro lado pudemos constatar que dispomos hoje de uma gama maior de obras que discutem a construção da identidade da mulher negra brasileira que à época dos estudos aqui analisados.

**Palavras-chaves:** mulheres negras; interseccionalidade; racismo; vulnerabilidades; marcadores.

---

<sup>1</sup> Graduanda do 6º semestre no curso de Sociologia e Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. E-mail: wsrodrigues@gmail.com

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma revisão bibliográfica de um artigo científico e três dissertações que se debruçaram sobre o tema do encarceramento feminino evidenciando marcadores como o gênero e a raça. Essa revisão é parte integrante do projeto de Iniciação Científica (IC) homônimo, que se propõe a fazer uma análise das narrativas de mulheres negras em situação de cárcere na cidade de São Paulo buscando averiguar se sua raça, enquanto marcador social da diferença é percebido pelas entrevistadas como elemento fundamental para sua posição social<sup>2</sup> e condição atual de apenada.

Partimos da hipótese de que o sistema penal brasileiro é um elemento central no processo de administração social da pobreza por parte do Estado brasileiro. Tratando-se da realidade social brasileira, sabe-se que em linhas gerais a pobreza tem cor: preta. Evidenciando o racismo estruturante da sociedade brasileira, que permeia não somente os indivíduos, bem como as instituições. Seja por meio da exposição tendenciosa da mídia de réus/rés negros/negras, seja pela abordagem e tratativa da polícia mediante sujeitos que atendem ao tipo 'suspeito padrão' ou pela já naturalizada ausência de profissionais negros e negras no alto escalão do sistema de justiça.

Embora o sistema penal se destine primordialmente aos homens (majoritariamente negros), o aumento de 567% no número nacional de mulheres presas no intervalo de 14 anos entre 2000 e 2014<sup>3</sup> é bastante significativo. O que motivou essa pesquisa é que 68% dessas mulheres são negras e que a maior concentração da população carcerária feminina se encontra no Estado de São Paulo, no qual a população negra é sobre representada em comparação ao número

---

<sup>2</sup> cf. Bourdieu, 2013. Na discussão sobre Classes Sociais, Bourdieu afirma que não há 'classe' em si e sim 'posição de classe'. Esse lugar que o sujeito ocupa na sociedade é constituído por capitais culturais, sociais, econômicos e tantos outros quantos possam ser percebidos. O campo econômico é sempre preponderante sobre os outros campos, embora o capital cultural seja determinante na distinção dos sujeitos concomitantemente com o capital social.

<sup>3</sup> Dados extraídos do INFOPEN Mulheres – 2014.

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

populacional do estado. O fenômeno da expansão do contingente prisional feminino e negro nos leva a indagar se estaria ocorrendo uma transformação na imagem da mulher pobre e negra aos olhos do Estado e se isto estaria contribuindo para este aumento desproporcional de mulheres negras e pobres encarceradas.

A revisão dos trabalhos das autoras Adriana Severo Rodrigues, Enedina do Amparo Alves e Natália Bouças Lago, nos forneceram dados que poderão ser mais bem explorados acerca da problemática do crescimento da representação feminina no ambiente penitenciário, nos preparando previamente para o campo com o que já foi produzido sobre a relação gênero, raça e cárcere. Bem como a elucidação teórica do processo de construção da identidade do gênero feminino e da mulher negra na sociedade brasileira e da dificuldade de se trabalhar o tema devido à falta de mais trabalhos referenciais semelhantes, por outro lado pudemos constatar que dispomos hoje de uma gama maior de obras que discutem a construção da identidade da mulher negra brasileira que à época dos estudos aqui analisados.

### **Adriana Severo Rodrigues**

Em seu primeiro trabalho, Rodrigues (2008) buscou compreender por meio das histórias de vidas de mulheres negras que cumpriam regime aberto ou semiaberto no sistema prisional em Porto Alegre, se o racismo se manifestava também no sistema prisional (processo de execução penal) e como suas expressões repercutiam na vida social e contexto familiar dessas mulheres. A autora elucidou que seu interesse pelo tema originou-se da sua experiência enquanto assistente social em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, em especial com a história de vida de uma mulher a quem chama de Cida, que mesmo compreendendo a ilegalidade do comércio de drogas, motivo pelo qual foi presa, via a atividade como um “trabalho” que proporcionava um padrão mínimo de vida, no caso o sustento dos filhos. Assim o trabalho da autora salienta a recusa em tratar as mulheres negras como apenas vítimas da discriminação racial, mas enquanto agentes (autoras) de

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

crimes incentivados pela lógica da sobrevivência pela via do trabalho e a renda proveniente desse trabalho.

A pesquisadora optou por fazer um recorte étnico racial de seu estudo, por entender que a temática das mulheres negras era pouco trabalhada, à exceção de áreas como a saúde que apresentava à época uma discussão já avançada. Rodrigues (2008) constata que o sistema penitenciário brasileiro apresenta “(...) deficiências estruturais, que reforçam a cultura da violência institucional, fomentando práticas e abordagens discriminatórias e violentas, ferindo a dignidade e violando direitos”. Ela faz uso de estudos que apontam que a intersecção entre raça/etnia com outros marcadores como gênero e classe social, por exemplo, produz um grau de desigualdade social manifesta em diferentes áreas como acesso à saúde, à educação, saneamento básico, etc. e que mostram que a violação de direitos do sistema penitenciário atinge também as mulheres e de uma maneira agravante às mulheres negras. Em sua dissertação de mestrado, Rodrigues (2010) passa a analisar a realidade das mulheres negras internas e egressas do sistema penitenciário do Rio de Janeiro com objetivo semelhante ao da primeira pesquisa na Casa Albergue no Rio Grande do Sul: questionar as manifestações de racismo no sistema prisional. A autora aponta para a dificuldade de trabalhar com o tema da mulher negra, devido à escassez de fontes e da imagem estereotipada que está presente nas poucas produções sobre a participação da mulher negra na sociedade brasileira à época, evidenciando a exposição de seus corpos e o tratamento como mercadoria, marcando-as como promíscuas. Tal visão naturalizada, muito provavelmente, se deve ao fato da história ter sido contada por homens brancos pertencentes a uma elite econômica-cultural no período em que as mulheres eram tratadas como mercadorias. A autora evoca Sueli Carneiro (1999) para compreender como se construiu a imagem da mulher negra na sociedade brasileira e que a partir dos estupros coloniais que foram repassados na história como relações consensuais, concebeu-se a nossa conhecida miscigenação, resumindo a participação da mulher negra somente como procriadora na formação de nossa

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

cultura. Ainda que tenha conseguido dialogado com importantes teóricas nacionais da temática da mulher negra, a pesquisadora reforça que à época ainda era difícil trabalhar o tema.

A autora traz à luz a discussão sobre a reflexão proposta por Regina Parente (2008) a despeito da construção do gênero mulher enquanto categoria política e a invisibilidade das mulheres negras nessa construção, em que mulheres não negras reivindicaram acesso a espaços públicos, enquanto que às mulheres negras ainda ficaram relegados os espaços domésticos.

As mulheres não negras pensavam a liberdade relacionando-a ao espaço público, à liberdade de ir e vir (Souza & Alvarenga, 2008) e sua luta pela emancipação culminaram na saída para o trabalho. No entanto, as mulheres negras continuaram no âmbito doméstico, sem participação política na vida social pública. A emancipação feminina, o direito ao voto e a saída para o trabalho são os indicadores das mudanças sociais ocorridas para o universo feminino, no entanto. Estes fatores mesmo combinados, não abarcaram a realidade das mulheres negras brasileiras de ontem e de hoje, pois se tornam visíveis às condições de subalternidade e ausência de poder que muitas ainda experienciam. O próprio reconhecimento da especificidade da questão racial surge após o rompimento com o movimento feminista, quando as mulheres negras denunciaram suas diferenças (Carneiro, 2003 *apud* Ribeiro, 2006 *apud* Rodrigues, 2010). (...) Desta forma, trabalharemos com a categoria mulheres negras, mas não buscando uniformizá-las e sim as percebendo enquanto categoria política na luta de combate ao racismo. Neste sentido, pretendemos com este trabalho lançar um olhar particular para as mulheres negras que tiveram suas vidas marcadas quando de seus ingressos na prisão, refletindo a partir de um contexto coletivo que identifica o cotidiano destas mulheres na busca de reconhecimento, tendo respeitadas suas especificidades. (Rodrigues, 2010, p.28-29)

A importância de estudos com esse enfoque se torna notória, especialmente quando se assume que o conhecimento sobre o que acontece com uma parcela de excluídos da sociedade pode acarretar numa melhora das políticas públicas que influenciam diretamente nas vidas desses indivíduos, neste caso pensar mais cuidadosamente a realidade das mulheres negras.

Para iniciar a pesquisa a autora partiu da inferência de dados fornecidos por funcionários da Casa Albergue, onde teve contato inicial com as entrevistadas. Com o acesso a esses dados, foram identificadas oito mulheres negras albergadas, ao que foram contatadas para explanação sobre o propósito da pesquisa e se teriam

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

interesse em participar. Nessa etapa já incorre um fato significativo para seu trabalho que é a questão da autodeclaração, uma vez que as mulheres identificadas como sendo negras o foram inicialmente pelos funcionários sem que fosse perguntado às mulheres como elas se identificavam. No entanto, para a realização das entrevistas a autodeclaração foi levada em conta, sendo que apenas uma se recusou por já estar de saída do sistema.

Com intuito de nortear as entrevistas realizadas na Casa Albergue, cinco pontos fundamentais foram seguidos pela pesquisadora ao conduzir as entrevistas de maneira a privilegiar uma perspectiva qualitativa: 1) a discriminação sofrida pelas mulheres negras por conta das características fenotípicas; 2) o cumprimento de suas penas sendo influenciadas pelo fator raça\etnia; 3) a diferença da renda entre mulheres negras pobres e as não negras na mesma classe; 4) a vulnerabilidade vivenciada no processo penal como elemento resultante na menor renda das mulheres negras; 5) a soma da discriminação racial às outras discriminações como gênero e classe; e 6) a seletividade penal resultado da soma dessas discriminações. Para trabalhar a questão racial a autora dialoga com autores da sociologia, do serviço social, da antropologia, feministas negras, do direito e da saúde.

Averiguou-se que a situação realizada na Casa Albergue diferia da realidade nacional à época em dois importantes aspectos: pelo fato das mulheres negras representarem apenas 8% do contingente populacional existente e por não haver ultrapassado a capacidade máxima de lotação. Ainda assim, outros elementos comuns às vivências de apenadas em outras instituições puderam ser percebidos, como o desenvolvimento de 'estratégias de sobrevivência'<sup>4</sup> para aguentarem a experiência de viverem naquele local. Experiências tais como a agressão policial no momento da prisão sem poupar nem mesmo crianças presentes e a fragilização dos laços familiares durante o período de cárcere com significativo agravante em relação aos filhos.

---

<sup>4</sup> Consideramos aqui o trabalho de Erving Goffman em A representação do Eu na vida cotidiana, obra referência na discussão ocidental sobre o interacionismo simbólico.

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

Como resultado das pesquisas, a autora reforça a complexidade do trabalho proposto e a riqueza igualmente complexa de seus resultados que suscitaram várias lacunas como todas as mulheres se autodeclararam negras, o que chamou a atenção pelo fato delas não possuírem a pele mais escura, acontecimento observado por ela como curioso levando em consideração a marca impressa pela miscigenação em nossa sociedade e a 'necessidade' de se identificar como mais próximo às características brancas. A pesquisadora considera que a realização desta pesquisa com as mulheres tenha exercido a função de propiciar um leque de reflexões acerca do racismo que atingem as mulheres negras, bem como evidenciar na grande área das políticas públicas uma discussão que o movimento social negro faz há muito tempo que é a presença do racismo nas estruturas e instituições sociais, sendo assim o sistema prisional também permeado por esse fenômeno.

### **Enedina do Amparo Alves**

Em dissertação realizada para defesa do título de mestrado, Alves (2015) parte da existência de uma vulnerabilidade específica às mulheres negras, que são marcadas em suas experiências sociais condicionadas por seu gênero e cor. Em resumo, análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana, a autora ressalta que a sociedade brasileira é marcada não somente pelas desigualdades entre homens e mulheres, bem como por uma estrutura que chama de 'Estado penal-racial' que reproduz a concepção de crime e punição baseada na origem das teorias eugenistas que permearam a criação de instituições como a justiça criminal e se fazem presentes ainda hoje no imaginário social.

O trabalho é dividido em três capítulos que discutem a percepção de gênero, raça e classe no pensamento criminal brasileiro chegando à construção do conceito de colonialidade da justiça, feminização da pobreza e racialização da justiça. No segundo capítulo, ela relata as dificuldades, procedimentos burocráticos para o campo e metodologia. Por fim ela se debruça sobre as entrevistas realizadas para

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

então concluir que as mulheres negras são atravessadas por um *continuum* entre senzala-favela-prisão e as desigualdades sofridas fora da prisão se reproduzem também no ambiente prisional, evidenciando assim a institucionalidade do racismo.

Para a pesquisadora as categorias raça/gênero/classe são indissociáveis no que tange à produção de vulnerabilidades específicas expressas no racismo institucional, sendo assim importante realizar cada vez mais pesquisas sobre as especificidades das mulheres negras no sistema prisional à fim de compreender a estrutura e movimento do sistema penal e sua seletividade.

A discussão que se torna ponto de partida para maioria dos pesquisadores do tema encarceramento, se baseia no conceito de Loic Wacquant da industrialização da punição<sup>5</sup>. Para Alves, a motivação pelo tema parte de sua experiência enquanto mulher negra e advogada, e a percepção da influência dos atributos raça e gênero como produtores de vulnerabilidade social experienciada pelas mulheres negras internas do sistema prisional paulista. Ela toma como ponto de partida para discutir o lugar dos marcadores sociais da diferença nas vivências dessas mulheres, a discussão de teóricas nacionais e internacionais do feminismo negro como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, entre outras.

Para realização da pesquisa e entrevistas, a autora lançou mão de fontes documentais, bibliográficas e coleta de dados estatísticos de órgãos públicos de pesquisa como Departamento Penitenciário Nacional, Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Fundação Seade e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

---

<sup>5</sup> A autora não problematiza a inexistência de fato de um Estado de bem-estar social no Brasil, tal qual os moldes norte americanos ao qual Wacquant analisa.



Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

### **Natália Bouças Lago**

Realizada em 2014, a dissertação de mestrado de Natália Bouças Lago, *Mulheres na prisão: Entre famílias, batalhas e a vida*, teve por objetivo suscitar a discussão das formas de sobrevivência desenvolvidas pelas mulheres na prisão, como elas negociam e articulam suas relações durante o cárcere, dentro e fora dele. No levantamento realizado para efetuar sua pesquisa, ela nota que trabalhos sobre a maternidade e religiosidade na prisão de mulheres são abundantes, no entanto são escassos os que tratam de gênero e sexualidade.

O local da pesquisa realizada pela autora é a cidade de São Paulo, o que para nosso trabalho é muito importante por ajudar a compreender o campo desejado. Em se tratando do estado que mais aprisiona pessoas, seguido pelo Rio de Janeiro, os crimes que mais levam à prisão em São Paulo conforme apontado pela autora são os crimes contra o patrimônio e comércio ilegal de drogas. Fator importante para se entender o grande número de prisões por motivo do tráfico de drogas é que se trata de um crime que conta com a discricionariedade dos profissionais da justiça, desde o policial que efetua o flagrante ao juiz que determina a sentença, uma vez que instituído como crime hediondo<sup>6</sup> em 1990, não há na lei valores norteadores das quantidades que configuram tráfico.

O cuidado de não incidir na vitimização das apenadas, desconsiderando sua agência nos delitos causadores das penas, também é tomado pela autora, afinal as dificuldades econômicas e o fenômeno da monoparentalidade feminina (matrifocalidade) aparecem como vias de compreensão da ocorrência dos crimes efetuosos pelas mulheres. Assim, se objetivou compreender como essas mulheres encaravam os próprios envolvimento na prática dos crimes, a existência de especificidades de atividades determinadas pelo gênero, etc. A primeira dificuldade de campo surge na resistência apresentada pelas entrevistadas ao fugir do assunto

---

<sup>6</sup> Em junho de 2016, o Supremo Tribunal Federal determina, após votação, que o tráfico de drogas privilegiado não configura crime hediondo. Como tráfico de drogas privilegiado, considera-se transporte eventual e de pequenas quantidades efetuado por réu primário.

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

“tráfico”, pautando as conversas no universo familiar. Esse foi o sinal mais importante de que ir com um tema rigorosamente recortado para o campo, poderia resultar em negligenciar outro tema pouco discutido pelas ciências sociais nos últimos anos, neste caso específico a família.

Redefinido o tema, a pesquisadora se debruça sobre a literatura existente que discute os laços emocionais ressignificados das apenadas com suas famílias, sejam as de origem ou adquiridas durante o período de cárcere. É evidenciado em várias falas o ‘papel social’ da mulher enquanto mantenedora da estrutura familiar, à exemplo de quando o companheiro é preso e ela se mantém fiel e zelando pela afeição dos filhos com o pai. Por outro lado, quando a mulher é presa essa manutenção é negligenciada, agravando ainda mais a situação para o caso desta mulher ser o arrimo de família, pois mulheres pobres sofrem o acúmulo de papéis mantendo a família econômica e moralmente, além da socialização dos filhos. Desse acúmulo de papéis associada à construção política, histórica e social do conceito de família também é possível compreender a lógica da dupla culpabilização e punição da mulher que comete um delito e vai para a prisão, pois ela falhou em seu papel fundamental de indivíduo dócil e moral.

São relatadas experiências em que os familiares decidem não visitar a apenada por vergonha, mágoa ou desinteresse, por dificuldades de deslocamento, seja mesmo a pedido da própria apenada que no caso de mães e filhos não os quer passando pelo constrangimento das visitas vexatórias ou que as vejam naquela situação. Em resposta ao abandono sofrido, por qualquer dos motivos, relações familiares, fraternas ou mesmo amorosas com outras apenadas, são estabelecidas como alternativa de sobrevivência e socialização. Essa observação é que fundamenta a discussão abraçada pela autora de que prisão não representa uma instituição total e muito menos um espaço altamente permeável, pois a mediação com o Estado é constante.

A questão de Gênero é discutida pela autora em diálogo com teóricas feministas como Joan Scott (1990), para tornar compreensível o uso enquanto

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

categoria analítica que não existe de maneira isolada, mas em relação com outras categorias existentes na vida social, e que a própria construção do gênero só é possível na interligação com outros marcadores sociais. A análise da autora enfoca a intersecção entre gênero e classe social por entender que esses sejam as categorias comuns às suas interlocutoras.

A falta de trabalho formal e estudos, dentro do sistema, são apontados pela maioria das entrevistadas como um problema, tendo em vista que não há vagas suficientes para o número de interessadas, bem como o conflito dos horários de trabalho e estudos, impossibilitando que se faça os dois. Embora tempo de trabalho e de estudo sejam considerados para remissão da pena, essa prática não é vista com bons olhos por juízes e parte de funcionários penitenciários, como pontuam algumas entrevistadas.

A metodologia adotada pela autora foi a de analisar as narrativas das apenadas, pois seu interesse se localizava na compreensão da perspectiva dessas mulheres e como elas gostariam de se apresentar. Por meio da escolha dessa metodologia, foi possível observar que a exclusão do convívio em sociedade por conta da prisão, não extingue a lógica de construção e compreensão dos papéis sociais da mulher. O PCC- Primeiro Comando da Capital aparece nas narrativas para além das atividades ilícitas, mas também como instituição que garante ordenamento social, tal qual o Estado representa para os indivíduos em liberdade, inclusive reproduzindo hierarquias de status e gênero.

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

## **DISCUSSÃO**

Pudemos averiguar que algumas discussões entre as autoras se tornam possíveis, como a compreensão de todas acerca da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença na produção das condições de mulheres encarceradas. Embora, apenas Lago (2014) não discuta a categoria raça, por considerar que gênero e classe social sejam suficientes, para analisar o universo de mulheres entrevistadas por ela em sua pesquisa, essa categoria se mostra indissociável das outras para analisar o fenômeno do crescimento populacional de encarceradas nos últimos 13 anos.

Em Alves (2010), o fato de esse crescimento ocorrer durante um governo federal tido por alguns como um Estado de bem-estar social diferentemente do estado neoliberal pós-desmonte do Estado de bem-estar norte-americano analisado por Wacquant, não passa despercebido, no entanto não se aprofunda devido ao foco ser a produção de vulnerabilidades da relação gênero, raça e classe presente na sociedade brasileira de uma maneira geral.

A dificuldade que Rodrigues (2010) enfrentou para obter os dados detalhados da relação delito *versus* raça ou pena *versus* raça, ainda não se demonstrou superada na pesquisa de Alves, onde são acessíveis somente os dados gerais e em virtude da classificação ainda discricionária em algumas unidades a despeito da raça/etnia, quando a autodeclaração seria o ideal.

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

## **CONCLUSÃO**

Depreendemos da revisão dos trabalhos aqui citados, que ainda há necessidade de produção de estudos com enfoque na perspectiva da mulher negra e os mecanismos que perpetuam a construção desumanizante da identidade da mulher negra que justifica a sobrerrepresentação dessas mulheres no sistema penitenciário paulista.

Faz-se necessária coleta e sistematização de dados populacionais atuais nas fontes disponíveis e ampliar a discussão da realidade das mulheres encarceradas na cidade de São Paulo com a produção teórica nacional existente e crescente. O propósito é o de fundamentar e fortalecer a discussão sobre as necessárias reformas nos sistemas que compõem o Estado.

É um papel importante da disseminação de conhecimento acerca do assunto e das vidas atingidas, deve ser o da sensibilização da sociedade civil sobre as desumanidades cometidas e ineficácia desta violência perpetrada pelo Estado enquanto política de segurança pública. Tornar assim o campo fértil para novas propostas de ações na grande área das políticas de segurança pública.

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho 02 a 05 de outubro de 2017 GT 13: A produção de desigualdades e a negociação de diferenças a partir da articulação de marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, classe e/ou geração.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Enedina do Amparo. Rés Negras, Judiciário Branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. Dissertação – Ciências Sociais – PUCSP. São Paulo, 2015.

BOURDIEU, P. Capital Simbólico e Classes Sociais. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n.96, jul. 2013.

GOFFMAN, Erving. A representação do Eu na vida cotidiana. Editora Vozes. Petrópolis, 2009.

LAGO, Natália Bouças do. Mulheres na Prisão: Entre famílias, batalhas e a vida normal. Dissertação de Mestrado – USP: São Paulo, 2014.

RODRIGUES, A.S. Raça, gênero e sistema prisional: relato de experiências com mulheres negras que cumprem penas em regime aberto ou semi-aberto. Revista África e Africanidades - Ano I - n. 3 - Nov. 2008.

\_\_\_\_\_. À procura de novos caminhos: Mulheres negras e suas experiências a partir do sistema prisional do Rio de Janeiro. Dissertação – Serviço Social – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2010.